Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Redes sociais como território digital: o novo paradigma da governança pública (Artigo) . . . 3

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
IRPF: Como declarar operações estruturadas? - CONSULTÓRIO FINANCEIRO . . . 5

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Vigia recebe hoje a Justiça do Trabalho . . . 7

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Atividades de baixo risco foram reclassificadas em novo decreto do Estado . . . 9

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Reforma do IR: Fazenda admite que mudanças mais amplas são necessárias, mas descarta proposta em meio de mandato . . . 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Aumenta risco de perda provável da União no Judiciário . . . 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Cibra aumenta produção, entrega 20% mais adubos e atinge R$ 7,6 bi em receita - COLUNA BROADCAST AGRO . . . 16

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
ECONOMIA
STF libera Judiciário do limite de despesas do novo arcabouço fiscal . . . 18

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
COLUNAS
Nove entre dez brasileiros faz uso do celular - APOSENTADOS . . . 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Tarifaço de Trump enfraquece a OMC . . . 20

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Economia piorou para a maioria dos brasileiros . . . 24

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA
Trump reforça urgência de concluir acordo entre Mercosul e UE (Editorial) . . . 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Medidas do governo podem compensar impacto de tarifas no PIB do Brasil . . . 26

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Renan quer aprovar proposta que limita dívida pública consolidada da União 28

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Retaliação da China dà nova escala à guerra das tarifas (Editorial) 30

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
ECONOMIA
Guerra comercial pode elevar preços das carnes no Brasil 32

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
Chance de recessão fortalece aposta em corte de juro do Fed 34

Redes sociais como território digital: o novo paradigma da governança pública (Artigo)

» KILMA GONÇALVES CEZAR Doutora em desenvolvimento sustentável (CDS/UnB), com pós-doutorado em ciência da informação (UnB e UFRJ)

Não faz muito tempo, as redes sociais eram vistas apenas como praças digitais em que as pessoas se reuniam para compartilhar opiniões, experiências e fazer novas amizades. Mas o cenário mudou. Hoje, essas plataformas são muito mais do que espaços de interação: tornaram-se um território digital pulsante, dinâmico e global, capaz de redefinir as relações entre cidadãos, instituições e governos. A velocidade com que as informações circulam, a forma como os debates se desenrolam e a influência que essas dinâmicas exercem sobre a opinião pública mostram que estamos diante de um fenômeno que vai além da comunicação formal, horizontal e unilateral que predominou durante anos.

Esse novo território apresenta desafios complexos e oportunidades imensas, exigindo uma abordagem inovadora por parte do Estado, que precisa avançar e promover mudanças nas práticas tradicionais de gestão pública. Trata-se de uma nova fronteira de governança, permanente e em constante expansão, cujos ecos transformadores reverberam intensamente na sociedade e na política.

O recente anúncio da Meta sobre o fim de seu programa de verificação de fatos ilustra bem a encruzilhada em que nos encontramos.

Transferir aos usuários a responsabilidade de corrigir informações incorretas amplia a vulnerabilidade social e contribui para o fluxo de desinformação, exacerbado pela proliferação de notícias falsas e pela manipulação de vídeos gerados por inteligência artificial. Essa dinâmica não só influencia decisões individuais, mas tem um impacto direto sobre políticas públicas e sobre o processo político.

Um exemplo emblemático foi o caso recente de reação negativa a uma proposta da **Receita Federal** de tributar as transferências via Pix, que levou a um recuo governamental diante das pressões amplificadas em redes digitais. Esse episódio reforça como os ambientes virtuais se consolidaram como arenas de disputa política, onde a mobilização digital pode moldar rumos governamentais em questão de horas.

São inúmeros os casos que evidenciam a constatação de que as redes sociais não são mais periféricas à governança; elas ocupam o centro da arena política contemporânea. Por um lado, expõem a democracia a riscos inéditos, como a manipulação de narrativas e a erosão da confiança nas instituições. Por outro, oferecem um potencial extraordinário para a construção de políticas públicas mais conectadas e inclusivas, ao permitirem um diálogo direto, transparente e em tempo real entre governos e cidadãos.

Nesse contexto, pensar as redes sociais como um território digital é mais do que uma metáfora: é encarar, de fato, um novo paradigma.

Assim como territórios físicos demandam planejamento, regulamentação e infraestrutura, o território digital exige estratégias específicas para garantir seu funcionamento ético e eficaz.

Governos devem assumir essa nova territorialidade com seriedade, investindo em uma governança digital que vá além da regulamentação punitiva. É preciso estruturar políticas públicas que integrem as redes sociais de forma estratégica e propositiva. Isso inclui a criação de cargos especializados em algoritmos, análise de dados e comunicação digital, bem como Investir na capacitação contínua de servidores para lidar com as dinâmicas complexas dessas plataformas.

Além disso, o uso de tecnologias avançadas, como IA, pode auxiliar na leitura das demandas sociais em tempo real, permitindo ajustes mais ágeis nas políticas governamentais. Essa integração é um caminho sem volta, mas precisa ser ancorada em princípios inegociáveis: o respeito à privacidade e à liberdade

individual, pilares indispensáveis para sustentar a confiança pública.

O território digital não é apenas um espaço de desafios; é um novo horizonte para a democracia como a conhecemos hoje. A exploração responsável e estratégica desse território pode não apenas fortalecer a governança, mas criar novas possibilidades de bem-estar social e inclusão. Assim como o controle e a administração de um território físico impactam no desenvolvimento de uma nação, a gestão eficaz do território digital será crucial para definir os rumos e o futuro das democracias no século 21.

A questão é clara: o Estado está preparado para ocupar e gerir esse novo espaço?

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/04/07/all.pdf

IRPF: Como declarar operações estruturadas? - CONSULTÓRIO FINANCEIRO

FREDY TAVARES

Como operações estruturadas, como derivativos e alavancagem, devem ser declaradas no Imposto de Renda? E qual a melhor forma de organizar os documentos? Harion Camargo, CFP, responde:

A declaração de operações estruturadas, tais como derivativos e alavancagem, no Imposto de Renda é um processo que exige atenção minuciosa e pleno entendimento das normativas vigentes. Esses instrumentos financeiros possuem particularidades tributárias que demandam do investidor um controle rigoroso sobre ganhos e perdas, a fim de evitar inconsistências na prestação de contas à **Receita Federal**.

As operações com derivativos são tributadas de acordo com sua modalidade e forma de negociação. Derivativos negociados em bolsa, tais como

contratos futuros, opções e swaps, estão sujeitos à tributação sobre o ganho líquido mensal, com alíquotas fixadas em 15% para operações normais e 20% para operações de "clay tracle". Já derivativos transacionados em mercado de balcão podem apresentar regras específicas, variando conforme os termos contratuais estabelecidos.

Em ambos os casos, a responsabilidade pelo recolhimento do imposto é do próprio contribuinte, sendo obrigatória a emissão e pagamento do DARF até o último dia útil do mês subsequente à realização da operação.

No que tange à alavancagem, é imprescindível ressaltar que essa estratégia financeira pode potencializar os ganhos, mas também ampliar consideravelmente os riscos. Ainda que não haja desembolso inicial significativo, os rendimentos obtidos estão sujeitos à tributação aplicável e

devem ser devidamente reportados. Em caso de prejuízo, a legislação vigente permite a compensação desses valores em períodos subsequentes, desde que dentro dos parâmetros estabelecidos pela **Receita Federal**.

A organização documental se apresenta como elemento crucial para assegurar a correta apuração dos **tributos** e evitar inconsistências na declaração. Recomenda-se que o contribuinte mantenha arquivados todos os comprovantes de operações realizadas, incluindo notas de corretagem, extratos de conta de corretora, relatórios de apuração de resultados e comprovantes de pagamento dos DARFs correspondentes. Para facilitar a gestão dessas informações, o uso de planilhas detalhadas ou softwares específicos é altamente recomendável, permitindo uma rastreabilidade eficiente e garantindo maior segurança na prestação de contas.

Na ficha de "Renda Variável" da declaração de ajuste anual, os resultados mensais das operações devem ser informados de maneira discriminada, separando operações comuns daquelas classificadas como day tracle. Para aquelas em que houve prejuízo, é necessário observar os procedimentos corretos para compensação futura. Ademais, eventuais posições abertas ao final do ano-calendário devem ser reportadas na ficha de "Bens e Direitos", com descrição detalhada dos ativos em carteira, seus valores de aquisição e demais informações relevantes.

A correta tributação e declaração dessas operações evita a incidência de multas, juros e outras penalidades fiscais. Dado o grau de complexidade do tema, recomenda-se que os investidores busquem informação junto a fontes oficiais, tais como a Receita

Federal, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a B3, que disponibilizam materiais explicativos e normativas detalhadas sobre o assunto.

Em caso de dúvidas ou cenários específicos, o suporte de um contador ou planejador financeiro qualificado pode ser um diferencial na gestão tributária eficiente desses investimentos.

Harion Camargo é planejador financeiro pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro E-mail: contato@harioncamargo.com

As respostas refletem as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico ou da Planejar. 0 jornal e a Planejar não se responsabilizam pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações. Perguntas devem ser encaminhadas para:

consu ltoriofinanceironplanejar.org.br

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/188160

Vigia recebe hoje a Justiça do Trabalho

A partir de hoje (7) e até sexta-feira (11), o Tribunal Regional do Trabalho da 8a Região (TRT8-PA/AP) promove nova edição da Justiça Itinerante, desta vez, no município de Vigia, no nordeste paraense. A ação será sempre das 8h às 18h, na sede da Sociedade Literária e Beneficente Cinco de Agosto, ao lado da Igreja Matriz, na rua de Nazaré, n° 580.

Na ação, a Justiça do Trabalho recebe reclamações trabalhistas e orienta tanto o trabalhador quanto o empregador sobre assuntos relativos ao Direito do Trabalho.

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), parceiro da iniciativa, vai disponibilizar serviços como habilitação para benefícios previdenciá-rios, regularização de dados, solicitação de aposentadoria e agen-damento de perícias.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) também participa da ação, mas, de forma remota, prestando atendimento para so-

licitação do abono PIS/ Pasep e do seguro-de-semprego.

De acordo com o TRT8, "o objetivo é aproximar o Poder Judiciário do cidadão que mais precisa". A ação é coordenada pela Vara do Trabalho de Santa Izabel do Pará, que também realizou uma edição da Justiça Itinerante no município de São Caetano de Odivelas, em março deste ano.

A juíza titular da Vara de Santa Izabel do Pará, Natasha Schnei-der, informou que o tribunal vem investindo na divulgação da ação "para alcançar o maior número de trabalhadores possível", disse ela.

âf Serviço:

Itinerância da Justiça do Trabalho em Vigia O Data: 7 a 11 de abril de 2025

O Horário: 8h às 18h

O Local: Sociedade Literária e Beneficente Cinco de Agosto

O Endereços Rua de

Nazaré, 580 - ao lado da Igreja Matriz.

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-

0704202507%20-
%200d68bb3656003265b794a1955fbc9ddd.pdf

Atividades de baixo risco foram reclassificadas em novo decreto do Estado

JULIANA GONTIJO

As atividades que não precisam de alvará por ser consideradas de baixo risco aumentaram no Estado de 730 para 915. "Somos o segundo Estado com maior número de atividades assim classificadas", disse o vice-governador Mateus Simões (Novo), durante solenidade, na sexta-feira (4), na Cidade Administrativa, para apresentação do novo decreto de Liberdade Econômica.

Ele explicou que as atividades foram reclassificadas por análises técnicas feitas pelas secretarias de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), além do Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária. Foram 185 atividades que passaram a ser de baixo risco, entre elas: fabricação de vinhos, cervejas e chopes, tecidos de malha, papel, embalagens de material plástico, artigos de vidro; estruturas metálicas, ferramentas, móveis com predominância de madeira, e comércio varejista de madeira e artefatos.

A medida faz parte do novo decreto de Liberdade Econômica, publicado na sexta-feira pelo governo de MG por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede).

Assinado pelo governador Romeu Zema, o decreto tem o objetivo é dar maior segurança jurídica, numa das ações de desburocratização no Estado.

Simões acrescentou que as medidas vão deixar MG mais competitivo frente aos outros estados, já que com a **reforma tributária**, a ideia de atrair investimentos com base em benefício fiscal acaba em sete anos. "Não vai ser possível ter guerra fiscal. Se não é mais possível, o que faria a empresa vir para o Estado? A mão de obra, daí a importância do Trilhas do Futuro, viria pela infraestrutura, e nós estamos investindo", disse. "E para aumentar a atratividade de Minas, a ideia é reduzir a burocracia", completou.

Simões ressaltou que o decreto traz inovações em relação ao anterior. Uma delas é o fortalecimento do instrumento de aprovação tácita, determinando a sua aplicação sempre que for ultrapassado o prazo estabelecido para a análise de solicitação de serviços.

"Se os pedidos de licença ou alvará não forem aprovados em até 60 dias, eles serão emitidos.

A presunção é que o particular age de boa- fé, ele conhece a lei, ele assina que está cumprindo todos os critérios. Portanto, se o Estado não fez nenhuma ponderação em 60 dias é porque ele considera que está tudo certo", explicou.

A aprovação em até 60 dias deve contemplar a maior parte (98%) dos serviços solicitados. O restante precisa comprovadamente de mais tempo para um retorno ou são regulamentados por normativos federais. Neste caso, o tempo limite para análise e resposta é de até 180 dias.

Diante disso, a aprovação tácita é aplicada no dia 181.

O segundo instrumento regulamentado pelo Decreto nº 49.013/2025 é a vinculação das decisões administrativas, que garante uma maior conformidade quanto à fiscalização. Simões explicou que fiscais em diferentes regiões do Estado analisavam os casos de forma diferente e decidiam de forma diferente os processos de fiscalização e autuações, o que causa insegurança jurídica e judicialização de casos. "Estamos criando uma padronização, vinculando as decisões para que elas sejam sempre iguais no Estado como um todo", diz.

Dessa forma, será criada uma matriz de risco detalhada e transparente, que avalia as atividades econômicas com base em critérios objetivos de risco e potencial danoso.

Para a Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas), o novo decreto representa um avanço significativo na desburocratização do ambiente de negócios "Traz mudanças essenciais para facilitar a vida dos empreendedores, reduzindo entraves burocráticos, agilizando processos e promovendo maior segurança jurídica para Essas ações são fundamentais para estimular investimentos, fomentar a geração de empregos e fortalecer a competitividade do setor produtivo", disse o presidente da entidade, Cledorvino Belini.

A vice-presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio MG), Cássia Amorim Ximenes Queiroga, também analisou:"Nós temos que pensar em liberdade

econômica para que os empresários possam atuar e fazer o desenvolvimento.

Se o Estado não atrapalha, ele já ajuda. Agora, se ele puder ajudar, nós vamos longe", analisou. %

Site: https://diariodocomercio.com.br

Reforma do IR: Fazenda admite que mudanças mais amplas são necessárias, mas descarta proposta em meio de mandato

Por Alexandro Martello, Lais Carregosa, g1 - Brasília

O secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, admite que uma reforma mais ampla do Imposto de Renda é necessária para promover uma maior progressividade, ou seja, taxar proporcionalmente mais os ricos - como acontece nos países desenvolvidos.

Em entrevista ao g1, entretanto, ele avaliou que não é possível levar esse objetivo adiante no meio de um mandato presidencial. Em sua visão, esse tipo de reforma tem de ser feita no início de cada governo.

No começo da atual gestão, a equipe econômica optou pela **reforma tributária** sobre o consumo.

Essa é uma discussão que não faz do dia para a noite, no meio de um mandato. A gente precisa de tempo para construir isso com a sociedade, porque vai envolver um pacto social, uma mudança no padrão de tributação muito grande , disse Pinto.

Você tem hoje o Simples pagando 6% de alíquota efetiva, você tem o [lucro] presumido pagando 11% de alíquota efetiva e, mesmo no lucro real, a gente tem uma série de benefícios que fazem com que a alíquota real fique em 20% , seguiu o secretário.

?? Os exemplos citados por Marcos Pinto se referem aos sistemas de tributação da renda das empresas. O Simples é voltado para micro e pequenas empresas; o lucro presumido , usado por firmas de médio porte; e o lucro real , pelas maiores empresas do país.

Junto com o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, Marcos Pinto foi o responsável por coordenar a proposta do governo de ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda, e sua compensação, já enviada ao Congresso Nacional. O relator será o deputado Arthur Lira (PP-AL).

No projeto, o governo federal propôs ampliar a faixa de isenção do Imposto de Renda, a partir de 2026, de R$ 2.824 para R$ 5 mil. Com isso, cerca de 10 milhões de contribuintes deixariam de pagar IR.Além de ampliar a faixa de isenção para quem ganha até R$ 5 mil por mês, a equipe econômica também propôs uma isenção parcial para valores entre R$ 5 mil e R$ 7 mil por mês.Para compensar a perda de arrecadação com a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para rendimentos até R$ 5 mil mensais, o governo pretende taxar os super ricos, ou seja, aqueles com renda mensal superior a R$ 50 mil - o equivalente a R$ 600 mil por ano.

O projeto do governo Lula não trouxe uma taxação específica para distribuição de lucros e dividendos e nem redução no IRPJ - temas abordados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes.

Essas propostas chegaram a ser aprovadas pela Câmara em 2021, mas não foram levadas adiante no Senado Federal.

A gente tem e gostaria de fazer uma reforma da renda ampla. Só que a gente não pode esperar uma reforma ampla, que demore um debate muito longo da sociedade, e deixar de atacar uma injustiça como essa [ampliação da faixa de isenção]. Para mim, esse argumento que a gente só pode fazer mudança se a gente reformar tudo é o maior argumento pra gente não fazer nada. É o grande argumento do conservadorismo a gente manter essa injustiça pra sempre no Brasil , afirmou Marcos Pinto.

Questionado se a atual proposta não seria um arremedo para cumprir uma promessa de campanha do presidente Lula com viés eleitoral, uma vez que, se implementada, 10 milhões de pessoas deixarão de pagar IR em um ano de eleições presidenciais, o secretário disse que não.

É uma formula muito bem pensada, com uma lógica muito clara. Vamos tributar quem pode mais no mesmo nível que a gente hoje tributa quem pode menos , disse Marcos Pinto.

Quem é rico no Brasil?

Se aprovada no modelo atual, a reforma deve beneficiar um terço dos trabalhadores brasileiros - mas justamente aqueles com maior renda, já que quase

70% dos empregados ganham até dois salários mínimos (e já são beneficiados com a isenção do IR).

Questionado sobre isso pelo g1, Marcos Pinto defendeu uma classificação alternativa para se definir quem é rico, ou não, no país.

O método usaria como base o livro Os ricos e os pobres", do sociólogo Marcelo Medeiros.

Quando você divide [a sociedade] em igual número de pessoas, você tem cinco classes sociais no Brasil e chega à conclusão de que, quem ganha R$ 5 mil, está na classe média alta, provavelmente. Agora quando divide por estrato de renda que cada parcela da população se apropria, você vai chegar à conclusão que 3/5 da renda estão com 13% da população [mais rica] , defendeu o secretário do Ministério da Fazenda.

Por essa classificação, disse Marcos Pinto, os beneficiados pela proposta de ampliar a faixa de isenção do Imposto de Renda do governo petista podem ser rotulados como classe média, sob alguns padrões, mas classe média alta jamais .

Para ele, retirar 90% da população da cobrança do IR é uma medida de justiça social .

Reforma ideal da renda

De acordo com o secretário do Ministério da Fazenda, uma reforma ideal, que ele considera importantíssima , aumentaria a carga sobre a renda e reduziria a tributação sobre o consumo - que é elevada no Brasil, para padrões internacionais (penalizando os mais pobres).

Com isso, haveria uma maior progressividade, ou seja, uma taxação mais proporcional dos ricos.

A gente tributa mais consumo, e menos renda do que os países desenvolvidos. Isso faz com que a gente tenha um sistema tributário menos progressivo do que os países desenvolvidos. A gente tem na tributação da renda uma tributação mais pesada do lado da pessoa jurídica, e mais leve da pessoa física. Isso também foge do padrão mundial, e a gente tem um sistema de alíquotas efetivas nas pessoas jurídicas muito disperso. A gente precisa de mais uniformidade, então a gente tem que rever tudo isso , declarou o secretário.

No caso do IRPJ, o secretário defendeu uma revisão geral para reduzir brechas, benefícios fiscais e gastos tributários (renúncias de arrecadação com base em incentivos para setores da sociedade).

Atualmente, a alíquota do IRPJ cobrado das empresas está em 15%, e também existe um adicional de 10% para lucros acima de R$ 20 mil por mês (empresas de maior porte). Junto com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a tributação sobre as maiores empresas é de cerca de 34% no Brasil.Segundo dados da Tax Foundation, organização sem fins lucrativos que atua há mais de 80 anos fazendo avaliações sobre **impostos** e coletando dados sobre **tributos** ao redor do mundo, o IRPJ médio dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne 38 nações mais desenvolvidas, foi de 23,6% em 2021.

Marcos Pinto avaliou que seria preciso rever as regras do Simples Nacional e do lucro presumido, pois, nesses casos, a alíquota efetiva (quanto que é efetivamente pago pelas empresas), disse ele, está em 6% e 11%. Para as grandes empresas do lucro real, afirmou, a alíquota efetiva é de 20% (pois elas contam com benefícios fiscais).

A gente ia ter um IRPJ [alíquota] um pouco menor, com menos benefícios, mas só lembrando que a alíquota efetiva do IRPJ nos EUA está em 18%, na Europa 20%. A nossa é 20% já, agora é melhor a gente ter um sistema com alíquotas mais baixas, que valha para todo mundo, e menos benefícios, do que ter um sistema com alíquotas efetivas baixas, mas cuja utilização é muito volátil. Alguns conseguem se beneficiar, outros não , explicou.

Ele disse, também, que a discussão sobre a tributação específica dos lucros e dividendos, em linha com o que acontece no resto do mundo (alíquota de cerca de 20%), só pode ser feita no âmbito de uma reforma mais ampla do Imposto de Renda.Sobre a desoneração da folha de pagamentos das empresas, o secretário Marcos Pinto disse que a equipe econômica considera meritosa a proposta de desonerar até um salário mínimo, mas acrescentou que o governo não tem condições de implementar nesse momento .Atualmente, a contribuição patronal sobre a folha de pagamentos é de 20%. Se a desoneração for completa, os rendimentos de até um salário mínimo, atualmente em R$ 1.518, ficariam livres dessa cobrança. Com esse formato, a desoneração beneficiaria principalmente as contratações de trabalhadores com salários menores.

Site:
https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/04/07/reforma-do-ir-fazenda-admite-que-mudancas-mais-amplas-sao-necessarias-mas-descarta-proposta-em-meio-de-mandato.ghtml

Aumenta risco de perda provável da União no Judiciário

Guilherme Pimenta e Jéssica Sant"Ana De Brasília

O risco fiscal provável da União no Judiciário piorou em um ano, o que levanta um alerta ao governo Lula sobre possível geração de precatórios no futuro que pode levar a forte impacto no cenário fiscal.

Embora o montante total envolvido nas ações de maior risco tenha caído, houve aumento de 26,7% nas provisões para perdas judiciais e administrativas nos processos de risco provável (quando a chance de derrota é mais elevada).

A União previa perda de R$ 312,2 bilhões com ações administradas pela Procuradoria-Geral da União (PGU) ao fim de 2024, ante R$ 246,3 bilhões, segundo o Balanço Geral da União (BGU) publicado na quinta-feira (3). A ação judicial tem risco provável quando, por exemplo, já foi objeto de decisão dos tribunais superiores desfavorável à Fazenda Pública.

Além disso, houve uma ligeira alta no risco provável de ações tributárias administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que variou de R$ 147,2 bilhões para R$ 147,8 bilhões ao final do último ano.

O economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, comenta que as decisões judiciais costumam ter efeito muito significativo sobre as finanças públicas, porque os valores perdidos pela União viram precatórios, que podem ser recebidos em dinheiro ou usados pelas empresas para fazer compensações tributárias, ou seja, para abater **impostos** devidos.

"Essas grandes teses que de fato podem provocar perdas para o governo no longo prazo são importantes de serem monitoradas, e é importante também que seja estimado o efeito disso para sensibilizar o Judiciário", diz Sbardelotto.

O tema é uma preocupação para as equipes jurídica e econômica do governo porque, a partir de 2027, todo precatório voltará a ser contabilizado integralmente como despesa primária sujeita ao limite de gastos - desde o Orçamento de 2024, o governo está liberado, a partir de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a contabilizar somente uma parte das sentenças judiciais dentro das regras fiscais. Para o Orçamento deste ano, por exemplo, R$ 102 bilhões serão pagos pelo governo. Para 2026, o número total só será conhecido em maio, mas já há quase R$ 30 bilhões para serem pagos, segundo o próprio BGU - será somado a esse valor todo precatório expedido contra o governo entre janeiro e abril deste ano.

Conforme mostrou o Valor recentemente, o governo não descarta voltar ao STF para pedir mais prazo. O tema já está em discussão, já que todo precatório expedido desde o início deste mês será inscrito na peça orçamentária de 2027.

Nas prováveis perdas futuras para as teses não tributárias, a principal causa de alto risco para o governo, segundo o documento, são os processos que tratam das indenizações ao setor sucroalcooleiro, que passaram de um risco de R$ 3,6 bilhões em 2023 para R$ 104 bilhões ao fim do ano passado.

Os processos discutem a responsabilidade objetiva da União por dano causado ao setor sucroalcooleiro em virtude da fixação dos preços dos produtos do setor, nos anos 1980, em valores inferiores ao levantamento de custos realizados pela Fundação Getulio Vargas (FGV), segundo esclareceu a Advocacia- Geral da União (AGU). O governo tenta mitigar esse impacto fechando acordos.

Até o fim de 2023, essas ações eram classificadas de risco possível, quando a chance de perda é mais baixa. Agora, é de risco provável, ou seja, com maior potencial de perda para a União. Já o salto de R$ 3,6 bilhões para R$ 104 bilhões no valor da estimativa é explicado, segundo o Tesouro Nacional, pela aplicação de correção monetária e juros moratórios.

O segundo maior item da lista é um total de R$ 97 bilhões referente ao pedido de complementação da União de valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) em favor dos Estados.

Nesse caso, houve uma queda na provisão, que ao fim de 2023 era estimada em R$ 128,3 bilhões. Ainda assim, a tese continua representando 31% do total de riscos fiscais com perda provável para a União.

A terceira maior tese é relacionada à indenização por

obras, no valor de R$ 32,5 bilhões, referente ao pagamento de reajustamentos de contratos celebrados pelo extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (Dner).

Juntas, essas três maiores teses representam 75% do total de risco de perda provável para a União.

Já nas teses tributárias, a maior ação em discussão é o chamado "Refis Exclusão", que pode custar R$ 80,1 bilhões no futuro. Esse valor considerou os dados disponibilizados no Sistema de Pagamentos da Receita sobre receitas arrecadadas entre 2016 e 2020 relacionadas a Cofins importação e PIS importação.

Caso o Judiciário declare que essa cobrança foi inconstitucional, isso levaria a uma perda de arrecadação futura, além de eventual necessidade de restituição desses valores.

Sbardelotto comenta que, a cada ano, o governo refaz as estimativas de perdas com causas judiciais, considerando usualmente o cenário mais pessimista, ou seja, o cenário em que todos os contribuintes, pessoa física e pessoa jurídica, pediriam pagamento de precatório ou de uma compensação.

"Isso é uma questão metodológica, mas obviamente tem sido utilizado para sensibilizar o Judiciário com relação ao impacto [sobre as contas públicas]." No geral, o risco fiscal total ao final de 2024 ficou em R$ 640,8 bilhões, ante R$ 739,4 bilhões em dezembro de 2023. Mas nessa conta entram também as ações de risco possível, nas quais as chances de perda são reduzidas.

Ainda pelo lado positivo, o governo tem "limpado" o estoque de ações já transitadas em julgado, nas quais não há mais possibilidade de recurso. Ao final de 2023, por exemplo, havia estoque de passivos de R$ 193 bilhões relacionado a esses temas, valor que caiu para R$ 137,4 bilhões ao fim do ano.

Nessa categoria está, por exemplo, o impacto da chamada "tese do século", que se refere à retirada do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins - para o tema, resta um passivo de R$ 78,1 bilhões, segundo o BGU.

O economista Felipe Salto, sócio da Warren Rena, avaliou que a geração de precatórios "é um dos temais mais preocupantes para o equilíbrio fiscal". "O pagamento do precatório, uma vez constituído, é inescapável. O que estou dizendo é que o governo precisaria ter um monitoramento e atacar também, quando coubesse, os fatores condicionantes que têm elevado tanto esses gastos com precatórios e sentenças judiciais", comentou.

Procurada, a AGU fez esclarecimentos sobre os processos referentes ao setor sucroalcooleiro, responsável pela alta dos processos administrados pela PGU.

A PGFN, por sua vez, afirmou em nota que os valores provisionados "permaneceram estáveis entre os anos de 2023 e 2024, tendo sido verificadas alterações inexpressivas entre um exercício e outro".

Ainda segundo o órgão, "essa estabilidade é verificada porque que muitos dos processos de maior impacto econômico ali retratados continuam tramitando".

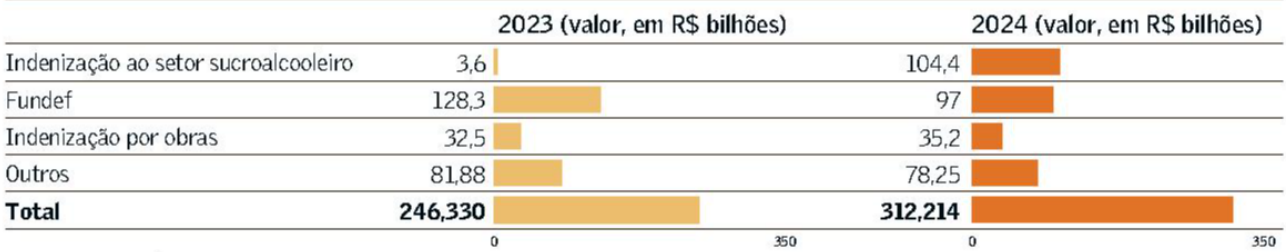
"As provisões são feitas para que a União possa adequar seu planejamento fiscal a eventos futuros incertos não totalmente sob seu controle, como a tramitação e desfecho dos processos judiciais", complementou a PGFN.

"Estimar efeito é importante para sensibilizar o Judiciário" Tiago Sbardelotto

Site:
https://valor.globo.com/virador#/edition/188160?page=1&section=1

Prováveis perdas da União no Judiciário

Cresce risco em ações administradas pela PGU



Fonte: Balanço Geral da União

Cibra aumenta produção, entrega 20% mais adubos e atinge R$ 7,6 bi em receita - COLUNA BROADCAST AGRO

CLARICE COUTO, LETICIA PAKULSKI E JULLIA

A fabricante de fertilizantes Cibra entregou 20% mais produtos em 2024, somando 3,6 milhões de toneladas. O resultado foi comemorado, pois no ano o mercado se retraiu, com atrasos nas compras de produtores devido a uma safra menor de grãos e aos juros mais altos. Santiago Franco, o CEO, atribui o avanço às recém-inauguradas unidades de São Luís (MA) e Sinop (MT), que, juntas, produziram até 600 mil toneladas. Assim, a participação de mercado da Cibra subiu de 6% para 7,2%, com faturamento 5% maior, de R$ 7,6 bilhões. Para 2025, a meta é ampliar as vendas em mais 20%. A fábrica de Sinop estará operando próxima à capacidade total de 750 mil toneladas e a do Maranhão deve atingir 80% de seu potencial de 800 mil toneladas.

**

Mais parcerias, fábrica e app

Os planos incluem fazer parcerias com players do Norte- Nordeste e construir uma fábrica, como parte de um investimento de R$ 1,5 bilhão até 2026. Além disso, a Cibra almeja aprimorar a plataforma digital Jarillo, rede social voltada ao agro, que deve ganhar um aplicativo.

Ideia é lançar ferramentas financeiras

A Cibra também quer ampliar soluções de financiamento da operação. Em janeiro, lançou seu Fundo de Investimento em Cadeias Agroindustriais (Fiagro), no valor de R$ 200 milhões. "A necessidade de crédito está aí. Pelas fontes tradicionais, o agricultor não consegue financiar 100%", alega Franco.

**

l QUEREM CARNE... O Grupo VPJ, de pecuária, investiu R$ 70 milhões na aquisição de 50 mil hectares no Piauí, para produzir carne bovina premium e disseminar a genética Brangus.

Valdomiro Poliselli Junior, o CEO, destaca oportunidades financeiras na região e a crescente demanda pela proteína.

"O Nordeste tem custo de terra até dez vezes menor que o Centro-Oeste e um consumidor ávido por carne premium, hoje abastecido por outras regiões", afirma. A opção pelo Piauí também se deveu à proximidade de portos que viabilizam a exportação.

l ...E ANIMAIS. Poliselli Junior observa que a raça Brangus tem ganhado popularidade nas vaquejadas nordestinas.

"Os bois pretos, mais pesados e difíceis de derrubar, dominam as finais", explica. Esse crescimento na aceitação da raça tem impulsionado as vendas na região, que já representa uma fatia significativa dos leilões do grupo, garante o executivo.

l DEU CERTO. O volume de soja certificada negociada em dez anos de parceria entre a Bayer, que fornece a semente, e a trading europeia Cefetra, que comercializa o produto, soma 3,2 milhões de toneladas. Só em 2024 o volume cresceu 112%.

As fazendas seguem critérios ambientais e sociais, sem desmatamento.

A certificação é feita pela Control Union, contratada pela Cefetra, com base no padrão CRS, que exige boas práticas agrícolas, responsabilidade social e conformidade legal. O modelo, adotado no Brasil, na Argentina e no Paraguai, garante mercado e valor extra ao produtor.

l ARGUMENTO. Líderes do setor sucroenergético recorrem ao discurso de combate à **inflação** para tentar acelerar o aumento da mistura de etanol na gasolina, hoje em 27,5%, para 30%. Divulgam material elaborado por representantes do segmento que mostra que o preço do etanol caiu 7,5% em relação à gasolina desde o início do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A adoção ajudaria a segurar a **inflação**, enfatizam.

l PARCEIROS EM TODO CANTO.

Quando se trata de comércio, o agronegócio não se aperta.

Procurado na quarta-feira da semana passada para avaliar possível impacto para o setor de carnes das tarifas impostas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, um empresário não pôde atender à reportagem. A justificativa dada por um assessor foi a incompatibilidade de fusos. Ele estava na... China.

**

GIRO - Agro mantém cautela após o tarifaço de Trump

O agro brasileiro optou por manter a cautela após o anúncio do tarifaço dos EUA. A leitura inicial foi a de que os 10% aplicados não foram tão ruins. Outros países foram mais afetados. Ainda assim, suco de laranja, carne bovina e etanol devem ser os mais afetados, avalia a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. O setor pede que o governo siga negociando.

VEM AÍ - Setor produtivo prepara propostas para Plano Safra

Entidades do agronegócio se mobilizam para apresentar propostas ao governo federal sobre o próximo Plano Safra, que vale a partir de 1.º de julho.

Nesta semana, a Frente Parlamentar da Agropecuária deve levar à equipe econômica seu pedido de R$ 24 bilhões de subvenção do Tesouro às linhas de crédito rural.

**

EXPANSÃO - A Cibra, fabricante de fertilizantes, tem 13 plantas distribuídas em oito Estados do Brasil e pretende construir uma nova unidade

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

STF libera Judiciário do limite de despesas do novo arcabouço fiscal

Em uma decisão com implicações significativas para a política fiscal brasileira, o Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria neste sábado (5) para excluir as receitas próprias do Poder Judiciário do limite de despesas previsto no novo arcabouço fiscal. Por seis votos a zero até o momento, os ministros entenderam que verbas obtidas por tribunais a partir de convênios, contratos, custas processuais e emolumentos não devem estar sujeitas às restrições impostas pela regra fiscal sancionada pelo governo Lula.

A decisão atende ao pedido da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que argumentou que a autonomia financeira do Judiciário é pilar essencial de sua independência institucional. O relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, foi seguido por Dias Toffoli, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes.

Embora o julgamento no plenário virtual siga até a próxima sexta-feira (11) - e ainda possa ser suspenso por um novo pedido de vista -, a maioria já está consolidada.

A exclusão das verbas próprias do Judiciário, equiparando-as ao tratamento dado às receitas de universidades federais e empresas públicas da União, representa uma vitória simbólica e prática do Poder Judiciário frente aos argumentos do Executivo e do Legislativo. Para o Congresso Nacional, a limitação original tinha por objetivo assegurar isonomia entre os Poderes no esforço de contenção de gastos. Já o Senado advertiu que a decisão pode comprometer a efetividade do novo regime fiscal, que foi desenhado justamente para distribuir de forma equânime o ônus do equilíbrio das contas públicas.

O novo arcabouço fiscal substitui o teto de gastos e tem como foco o controle responsável das despesas, prevendo um limite de crescimento das mesmas com base nas receitas e na **inflação**. A Advocacia-Geral da União (AGU) e a Presidência da República se posicionaram contra o pedido da AMB, argumentando que ele esvazia a lógica da política fiscal e representa uma interferência do Judiciário no papel do legislador. No entanto, a Procuradoria-Geral da República (PGR), por meio do procurador Paulo Gonet, manifestou-se a favor da ação, destacando que a autonomia orçamentária do Judiciário é essencial para sua independência funcional. A decisão, se confirmada até o fim do julgamento, abre precedentes para outras instituições autônomas buscarem tratamento semelhante.

Site: https://oestadoce.com.br/edicao-do-dia/7-de-abril-de-2025-edicao-25-057/

Nove entre dez brasileiros faz uso do celular - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

De acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), nove em cada dez brasileiros têm acesso à telefonia móvel. O levantamento foi divulgado no último sábado (5), Dia das Telecomunicações. Conforme os dados, a maior parte da população brasileira com acesso à telefonia móvel reside em capitais e regiões metropolitanas.

Os dados indicam também que 4.363 municípios brasileiros contam com infraestrutura de fibra óptica - o que proporciona mais velocidade, estabilidade e eficiência energética em serviços de telecomunicações.

A Anatel aponta também a chegada da tecnologia 5G a 1,3 mil municípios brasileiros, e aposta no avanço do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê a implantação do 5G nos mais 5,5 mil municípios do país.

O Novo PAC também inclui a expansão da tecnologia 4G para 6,8 mil distritos, vilas e áreas rurais distantes dos grandes centros urbanos.

Em nota, o secretário de Telecomunicações da Anatel, Hermano Tercius, destaca que a expansão dos serviços de comunicação no Brasil enfrenta desafios devido à extensão territorial do Brasil e às áreas de difícil acesso. "Esse é o nosso desafio. O principal deles é levar conectividade de forma satisfatória e, ao mesmo tempo, evoluir em outros indicadores da conectividade significativa, como o letramento digital", declarou.

Em março, a Anatel divulgou os resultados da sua décima edição da Pesquisa de Satisfação e Qualidade Percebida a respeito de serviços de telecomunicações: telefonia fixa, telefonia celular (pré-paga e pós-paga), internet fixa e TV por assinatura.

Em 2024, mais de dois terços dos consumidores pesquisados de todos os serviços se consideravam satisfeitos ou muito satisfeitos com a prestação do serviço de telecomunicações, de acordo com a Escala CSAT (Customer Satisfaction Score). Enquanto isso, mais de 10% dos consumidores se declaram muito insatisfeitos ou insatisfeitos.

No questionário da pesquisa, também são realizadas perguntas sobre os padrões de uso dos consumidores, tecnologia, do Wi-fi, telefone fixo. Sobre a tecnologia das redes celulares utilizada com maior frequência, apesar da rede 4G ser a mais utilizada, mais de 64% dos consumidores de celular pós-pago e 67% dos consumidores de celular pré-pago, houve crescimento na percepção de uso mais frequente da rede 5G.

Quanto à tecnologia para prestação do serviço de internet fixa, 78% dos consumidores usam fibra ótica.

Entre os entrevistados que contratam o serviço de telefonia fixa, 16% responderam que o telefone fixo é o principal meio para realizar chamadas de voz quando está em sua residência. Estes usuários são os que possuem maior idade no grupo, menor renda média e em sua maioria do sexo feminino.

Por último, 67% dos entrevistados que contratam o serviço de televisão por assinatura declararam usar o serviço diariamente.

A pesquisa foi realizada entre os meses de julho e novembro de 2024, com 64 mil consumidores dos serviços de telefonia fixa e celular, internet fixa e TV por assinatura que eram clientes das prestadoras Algar, BrSuper, Brisanet, Claro, GB Online, Ligga, Oi, Proxxima, Sky, Tely, Tim, Unifique, Valenet, Vero e Vivo. A pesquisa de opinião é realizada anualmente.

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-0704202507%20-%200d68bb3656003265b794a1955fbc9ddd.pdf

Tarifaço de Trump enfraquece a OMC

A s tarifas sobre importações impostas pelos Estados Unidos, anunciadas pelo presidente Donald Trump, evidenciaram uma crise na Organização Mundial do Comércio (OMC). Especialistas ouvidos pelo Correio avaliam que o órgão, responsável por regular o comércio internacional, pode se tornar irrelevante politicamente, caso grandes potências passem a agir sistematicamente fora de suas regras.

A organização administra, agora, 74% do comércio global, abaixo dos cerca de 80% registrados no início do ano, devido às recentes tarifas. Sem a confiança dos membros, seu papel como árbitro e estabilizador de disputas comerciais pode se tornar praticamente nulo. Em **comunicado**, a diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, afirmou que a guerra tarifária pode levar a uma contração de cerca de 1% nos volumes globais de comércio de mercadorias em 2025.

Ela alertou que a taxação tem o potencial de criar efeitos significativos de desvio de comércio.

No texto, Okonjo-Iweala destacou que o sistema multilateral de comércio enfrenta grandes desafios diante das crescentes tensões protecionistas. Para lidar com medidas unilaterais como as adotadas pelos EUA, a OMC possui mecanismos específicos que podem ser acionados. No entanto, a eficácia dessas ferramentas está atualmente comprometida pela paralisação do Órgão de Apelação da entidade, bloqueado desde 2019 devido à recusa do governo norte-americano em nomear novos juízes.

Para Lívio Ribeiro, sócio da BRCG Consultoria e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV-Ibre), a OMC não funciona mais na atualidade. "Tudo que tem sido feito em termos de agenda comercial dos Estados Unidos vai contra os princípios básicos de operação do organismo. Se o grande consumidor do mundo não respeita as regras, na prática, o organismo não serve para muita coisa", afirmou.

Segundo ele, mesmo que não haja um fim formal da organização, "nesse momento ela está acéfala e está completamente sem capacidade nenhuma de preencher o seu papel". "É seguro dizer que ela acabou no sentido de que vai ser dissolvida. Em termos práticos, hoje ela é muito mais uma sigla e um fórum para discussões do que deveria ter sido feito do que efetivamente um ambiente no qual os países discutem seus acordos comerciais e suas relações de troca. A OMC está hibernando, vamos chamar assim", avaliou.

Diversos pilares do comércio internacional estão sendo questionados com a taxação, vista como a maior mudança no mercado global em 100 anos. Entre eles, o multilateralismo é o mais atingido. "Eu acredito que nós estamos vendo o fim do próprio multilateralismo, do sistema multilateral de comércio e das instituições que fazem parte disso, como a própria OMC", disse o economista Roberto Uebel, professor do curso de relações internacionais da ESPM.

Ele lembrou que a organização havia sido esvaziada no primeiro governo Trump e que o governo de Joe Biden também não indicou representantes para o sistema de solução de controvérsias. Segundo o economista, isso enfraquece a capacidade da organização de impor suas decisões, mesmo quando um painel conclui que determinadas tarifas são ilegais. "Hoje a OMC não tem a mínima capacidade de influência nas decisões do governo dos Estados Unidos, do presidente Trump", enfatizou.

Nesse cenário, disputas comerciais podem ficar travadas indefinidamente, aumentando as tensões entre os países. "Eu vejo que o órgão perde a sua relevância. Não é que seja o fim de fato da organização, mas a sua relevância para a solução de controvérsias comerciais, de controle de barreiras tarifárias, isso me parece ter ficado no passado", completou.

A China informou que registrou uma queixa na OMC em resposta às novas tarifas dos Estados Unidos. O Ministério do Comércio da do país disse, em nota, que as novas tarifas dos EUA são "típica intimidação unilateral" que violam as regras da organização.

Para as importações chinesas, Trump anunciou a imposição de uma tarifa adicional de 34%, que se soma a taxas anteriores que os EUA impuseram, elevando o total de tarifas que esses produtos enfrentarão no mercado americano para cerca de 70%, de acordo com economistas. Em resposta, o país anunciou a retaliação com a adoção de tarifas de 34% sobre produtos dos EUA. A decisão sinaliza que o conflito comercial pode ultrapassar os limites da mediação da OMC, exacerbando a instabilidade econômica global.

Isolamento O economista Otto Nogami, professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), alerta que a

taxação de Trump pode ser prejudicial para a própria economia norte-americana.

"A curto prazo, podem proteger setores locais. Mas a médio e longo prazo, prejudicam consumidores e exportadores", disse.

"Aumentam o custo de importações, ou seja, a **inflação**, reduzem a competitividade de empresas que dependem de insumos estrangeiros, e provocam retaliações, prejudicando exportações dos EUA.

Além disso, reduzem investimentos externos e ampliam incertezas", completou.

Os EUA vão cobrar tarifa de 10% sobre as exportações brasileiras. Essa é a menor porcentagem imposta pelo governo americano. Em sua avaliação, uma retaliação do Brasil "é compreensível, mas precisa ser estratégica". "Retaliar diretamente com tarifas pode ter efeito simbólico, mas pouca eficácia contra os EUA", destacou Nogami.

Para o especialista, o melhor caminho seria acionar a OMC, ainda que enfraquecida, e buscar alianças. "Com a União Europeia, China e BRICS, ou até mesmo com o Japão, e reforçar acordos bilaterais alternativos. O risco da retaliação direta é entrar em uma escalada que prejudique setores exportadores brasileiros", considerou.

Reciprocidade A economista Carla Beni, professora de MBAs do FGV, chama atenção para um movimento inédito de união entre países com histórico de conflito em resposta à taxação de Trump, o que pode acabar isolando a economia norte-americana. "Tivemos nesta última semana um acordo impensável historicamente. China, Japão e Coreia do Sul vão juntos fazer uma retaliação em relação aos Estados Unidos. O Canadá, que estava totalmente separado, agora está unido. O próprio Congresso brasileiro aprovou pela primeira vez um projeto com unanimidade para responder a essas tarifas", listou.

O Legislativo aprovou às pressas, na semana passada, um projeto de lei que autoriza o governo brasileiro a adotar medidas de retaliação contra barreiras comerciais impostas por outros países ou blocos econômicos. Originalmente, o PL alterava a Política Nacional sobre Mudança do Clima e tratava de equiparar exigências de controle ambiental, com foco em restrições impostas pela União Europeia contra produtos do agronegócio brasileiro.

Com a adoção da política comercial imposta por Trump, o texto foi adaptado para autorizar retaliações contra países ou blocos que adotem qualquer tipo de barreira contra produtos brasileiros.

"O Trump está conseguindo feitos impressionantes. Essa lei também é um reflexo, digamos assim, uma resposta da sociedade diante da belicosidade e da grosseria do governo americano", destacou.

A lei foi vista como um gesto político legítimo, mas de eficácia limitada. Beni avalia que o projeto aprovado, por si só, não tem nenhum efeito prático de retaliação, apenas dará mais autonomia e segurança jurídica para qualquer eventual ação do governo brasileiro em resposta. "Se interessar ao Brasil e ele quiser aumentar a tarifa de importação para alguns itens específicos, ele já tem, digamos assim, o aval do poder Legislativo. É apenas isso. Não significa que você vai implementar", explicou.

"Eu acho que sob a ótica da soberania ele foi importante, politicamente ele é importante, mas é apenas uma permissão. Se isso vai ser implementado automaticamente ou não, não é o caso", acrescentou a economista, que acredita que uma retaliação imediata do Brasil seria uma resposta política, mas não é a melhor no momento. "Não podemos esquecer que o Trump já voltou muito atrás das decisões dele.

Ele faz anúncios muito midiáticos e depois, por baixo, você tem cotas, você tem tarifas diferentes para outros países. A gente precisa ter um tempo, um tempo de maturação.

Essa é uma decisão mais diplomática a ser feita do que propriamente política", ponderou.

A medida aumenta a incerteza a respeito dos rumos da economia global e especialmente do Brasil, que tem os EUA como seu segundo maior parceiro comercial, mas pode render um efeito positivo para o bolso do brasileiro com a desaceleração dos preços. Pela lógica, a tributação extra pressionaria a **inflação**, especialmente via importação de insumos e alimentos.

Produtos brasileiros taxados nos EUA podem perder competitividade e a menor exportação e queda de receita externa podem levar à depreciação do real e o encarecimento das importações. Isso encarece insumos industriais e agrícolas, elevando o custo de produção doméstico.

Entretanto, o cenário abre caminho para reduzir o ritmo da **inflação** brasileira, com o aumento da oferta interna e global, pela maior disponibilidade de diversos produtos taxados pelos Estados Unidos.

"Se a gente vai exportar menos, talvez a gente tenha uma maior oferta aqui dentro e possa até melhorar aqui internamente os preços. Então, não é motivo agora para pânico nenhum para o brasileiro normal

com a sua vida do dia a dia", avaliou Carla Beni.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/04/07/all.pdf

Guerra comercial

Tarifaço de Trump mostra enfraquecimento dos organismos multilaterais e coloca em xeque o papel da Organização Mundial do Comércio

O que é a OMC?

- A Organização Mundial do Comércio é um organismo internacional que regula o comércio global por meio de acordos entre os seus países-membros. Essa organização propicia a criação de projetos e regras de comercialização de diversos produtos e atua de forma conciliadora na monitoração de diferentes vínculos comerciais entre os países do globo.
- O organismo multilateral prevê que o comércio deve ser livre, previsível e fluído. Os acordos devem ser estendidos a todos os países participantes, sem exclusão e sem nenhum tratamento diferenciado.

Cinco princípios

- Não discriminação
- Proibição de restrições quantitativas
- Previsibilidade
- Concorrência leal
- Tratamento especial para os países em desenvolvimento

Principais funções

- Regular o comércio internacional
- Solucionar controvérsias comerciais
- Revisar as políticas comerciais dos países-membros
- Promover a coerência na formulação de políticas econômicas globais
- Monitorar a implementação dos acordos
- Negociar o acesso de novos participantes
- Acompanhar o processo de solução de controvérsias

Histórico geopolítico

- Criada em 1995, durante a Rodada Uruguai, do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), a organização surgiu em um contexto de necessidade de recuperar a economia global após a Segunda Guerra Mundial, para promover a cooperação multilateral.
- Em 20 anos de existência, a OMC se consolidou como o órgão internacional de mediação de disputas de comércio exterior, ficando conhecida como o refúgio para países que se sentem prejudicados.
- Atualmente, a organização é formada por 166 países-membros e outros 25 países observadores. O organismo multilateral administra 74% do comércio global, abaixo dos cerca de 80% registrados no início do ano devido às recentes tarifas anunciadas pelos EUA.

Tarifas recíprocas anunciadas por Trump

País	Tarifa cobrada dos EUA* (%)	Tarifa recíproca (%)
Reino Unido	10	10
Brasil	10	10
Cingapura	10	10
Chile	10	10
Austrália	10	10
Turquia	10	10
Colômbia	10	10
Israel	33	17
Filipinas	34	17
União Europeia	39	20
Japão	46	24
Malásia	47	24
Coreia do Sul	50	25
Índia	52	26
Paquistão	58	29
África do Sul	60	30
Suíça	61	31
Taiwan	64	32
Indonésia	64	32
China	67	34
Tailândia	72	36
Bangladesh	74	37
Sri Lanka	88	44
Vietnã	90	46
Camboja	97	49

Valdo Virgo/CB/D.A Press

Fontes: OMC e Casa Branca.

Economia piorou para a maioria dos brasileiros

O grupo dos brasileiros que viram a economia nacional piorar nos últimos meses cresceu dez pontos percentuais desde o fim do ano passado e agora representa 55% do total, de acordo com pesquisa Datafolha divulgada no final de semana. É a primeira vez no terceiro mandato do presidente Lula que a fatia corresponde à maioria dos entrevistados.

Os números são acompanhados pela percepção dominante de que a **inflação** vai continuar acelerando, embora o pessimismo com os preços tenha arrefecido desde a pesquisa anterior, de dezembro. Para a maior parte dos entrevistados, o poder de compra dos salários vai encolher nos próximos meses.

A pesquisa foi feita entre 1° e 3 de abril de 2025 -três semanas após a divulgação de que o país registrou uma **inflação** de 1,31% em fevereiro (a maior para o mês em mais de 20 anos). O Datafolha fez 3.054 entrevistas em 172 municípios.

O crescimento da visão negativa foi alimentado principalmente pela mudança de opinião dos que antes não percebiam melhora ou piora do quadro. As respostas do grupo que não acha ter havido mudanças caiu oito pontos em relação a dezembro, de 31% para 23%. Já o grupo dos que viram a economia do país melhorar teve estabilidade. As respostas nesse caso oscilaram um ponto para baixo (dentro da margem de erro) e ficaram em cerca de um quinto da população -- 21%.

Nos quatro principais recortes (gênero, idade, escolaridade e renda familiar mensal), quem mais manifesta a sensação de que o cenário do país piorou são os mais jovens, de 16 a 24 anos (61%), os que ganham acima de dez salários mínimos (60%) e os que estudaram até o ensino médio (60%) (Da Folhapress).

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-c05aaffc668eaa784dbbc2b10db0483c.pdf

Trump reforça urgência de concluir acordo entre Mercosul e UE (Editorial)

As tarifas decretadas na semana passada por Donald Trump deram um novo impulso para apressar a entrada em vigor do acordo comercial entre Mercosul e União Européia (UE). Em dezembro, já sob o espectro da posse de Trump, os dois blocos anunciaram formalmente em Montevidéu a conclusão das negociações do acordo. Restaram apenas poucas arestas a aparar até a assinatura formal e submissão aos respectivos parlamentos para a sanção legislativa. Agora, com as restrições impostas a vendas para os Estados Un idos, ambos têm a ganhar acelerando sua entrada em vigor, que criará no planeta um polo comercial pujante.

Mercosul e UE têm juntos 718 milhões de habitantes e um **PIB** de US$ 22 trilhões, comparável ao dos Estados Unidos. Apenas entre Brasil e UE já há comércio bilateral de aproximadamente US$ 92 bilhões. O conjunto dos países do Mercosul - Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai - se tornará um dos maiores parceiros dos europeus. Os dois blocos têm um comércio equilibrado: em 2023 os sul-americanos exportaram 54 bilhões à UE e importaram 56 bilhões. Com a redução de tarifas e outras barreiras, o tratado permitirá elevar esses valores, gerando emprego e renda de ambos os lados. Calcula-se que as empresas da UE economizem 4 bilhões por ano hoje pagos em tarifas. As vendas do bloco sul-americano para o europeu também se beneficiarão da queda tarifária.

O sentido do acordo é o oposto ao projeto trumpista de fechamento de fronteiras. Em 2019, o Brasil chegou a anunciar um entendimento final com a UE, mas o enfraquecimento de políticas ambientais serviu de pretexto para os interesses protecionistas europeus reabrirem a negociação. O acordo ainda enfrenta resistências na Europa, principalmente entre pequenos e médios produtores rurais franceses, temerosos de enfrentar potências agrícolas como Brasil e Argentina. O presidente francês, Emmanuel Macron, tentou obter o apoio de Itália, Holanda e Áustria para rejeitá-lo. Em dezembro, o governo francês tratou o acordo como "inaceitável". Mas a ascensão de Trump, e consequente fechamento do mercado americano a produtos europeus, tende a mudar o quadro.

É crucial superar os desentendimentos. Os parlamentos dos países do Mercosul, Conselho de Ministros e Parlamento Europeu precisam aprovar o tratado. Depois disso, a parte comercial poderia entrar em vigor. As demais ainda dependeríam dos 27 parlamentos da UE. Há uma tentativa de sabotagem por parte de setores ultranacionalistas europeus. Mas é hora de entender que o melhor que Europa e Mercosul podem fazer diante da geopolítica desagregadora de Trump é usar a força do acordo para aproximar os blocos, numa mensagem ao mundo contrária ao protecionismo e ao isolacionismo.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Medidas do governo podem compensar impacto de tarifas no PIB do Brasil

Anaïs Fernandes De São Paulo

O efeito líquido do tarifaço mundial implementado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil ainda é incerto, na avaliação de economistas.

Por um lado, a taxação tende a gerar choques de incerteza e custos que afetam a atividade global e trazem, em alguma medida, viés baixista também para a economia brasileira, apontam. Por outro lado, dizem, o Brasil é um país relativamente fechado, e o governo federal local tem adotado uma série de medidas de estímulo à atividade que podem se sobrepor.

Segundo analistas, o tarifaço em geral traz um viés baixista para a atividade global pela via do aumento da incerteza e dos custos, o que sozinho já seria ruim para o Brasil, ainda que o país tenha sido menos afetado pelo tamanho da nova tarifa à importação nos EUA - de 10%, o piso anunciado.

Com as retaliações, em especial da China, porém, o Brasil fica mais exposto, já que tem uma correlação forte com a atividade no gigante asiático. Na última sexta-feira, a China retaliou as novas tarifas dos EUA com uma série de medidas, incluindo uma tarifa de 34% sobre todas as importações americanas, intensificando a briga comercial com Trump e derrubando ativos financeiros nos mercados pelo mundo, incluindo no Brasil.

Reportagem do Valor mostrou que discussões sobre o ritmo da atividade no Brasil, além das tarifas nos EUA, dominaram a reunião entre economistas do mercado financeiro e diretores do Banco Central na última segunda-feira (31). Segundo pessoas ouvidas pela reportagem, a preocupação com uma desaceleração mais acentuada da atividade tinha perdido força, e havia agora um viés de alta nas projeções para o **PIB** de 2025 com a adoção de mais medidas de estímulo pelo governo.

"Pode tirar um pouco o ímpeto da revisão altista do **PIB** [do Brasil], até porque temos de aguardar as respostas de outros parceiros comerciais e os possíveis resultados negativos para a economia global caso a guerra comercial se intensifique", diz João Savignon, economista para Brasil da Kínitro Capital. "No entanto, acredito que as medidas para conter a queda da popularidade do presidente se sobrepõem no momento", afirma.

De qualquer forma, continua Savignon, em termos relativos, o Brasil deverá perder menos que outros países, e a magnitude dessa perda dependerá de quanto a economia mundial se deteriorará.

Para Gustavo Cruz, estrategista chefe da RB Investimentos, o tarifaço seria negativo para o **PIB** do Brasil ao afetar as exportações do país. A parte positiva, diz, seria o Brasil entrar como substituto na relação entre EUA e outros países, mais tarifados. "Mas essa parte positiva ainda é só uma possibilidade, enquanto a tarifa nas exportações já é uma realidade", afirma.

Nesse sentido, Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, também diz que o Brasil pode, eventualmente, se beneficiar do quadro global, "ainda mais se fizer por onde para ocupar o vácuo de abastecimento que os EUA criou", afirma. "Mas é como dizem, vaca não dá leite, você tem de tirar.

Se o Brasil não ocupar, outros 'players' o farão. Por enquanto, de líquido temos o efeito negativo de termos nossos preços elevados e uma perspectiva de desaceleração da atividade global." Os efeitos do tarifaço no mundo são considerados grandes principalmente no custo de capital e no câmbio. O Brasil não está imune, mas, por ser uma economia relativamente fechada, pode ter amortecedores, segundo economistas.

"Acho que no curto prazo não muda muito porque, como o Brasil é um país fechado, a desaceleração da economia mundial não ajuda, mas também não atrapalha muito", diz Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners. "Para o ano que vem é que podemos ter algum efeito mais forte, que pode ser em ambas direções." Por um lado, diz, menos crescimento no mundo reduz investimentos; por outro, a queda das commodities e dos bens industriais pode ajudar a **inflação** e fazer com que a política monetária em 2025 não seja tão apertada quanto o esperado, ajudando o crescimento em 2026, pelos seus efeitos defasados.

Savignon, da Kínitro, pondera ainda que o efeito das tarifas nas exportações brasileiras tende a ser

negativo em termos absolutos, mas pequeno no fim, dada a tarifa mínima aplicada e o fato de o Brasil exportar apenas cerca de 2% do **PIB** para os EUA.

Apesar da expectativa de recessão nos EUA, as medidas adotadas pelo governo brasileiro, algumas ainda em tramitação, devem sustentar um crescimento acima do previsto no Brasil, diz a equipe do ASA, citando, para 2025, o crédito consignado privado e, para 2026, a reforma do Imposto de Renda. Com isso, eles revisaram as estimativas de alta do **PIB** para 2,2% em 2025, de 1,5%, e para 2% em 2026, de 1,5%.

Além disso, dizem, o aumento da incerteza global com as tarifas nos EUA deve ter impacto baixista sobre o preço das commodities.

Isso bem como os preços dos alimentos e dos combustíveis avançando menos do que o esperado e a valorização do real no começo de 2025, ante o fim de 2024, o que ajudou a conter a **inflação** de bens industrializados, fizeram o ASA revisar a projeção de **inflação** no Brasil em 2025 para 5,3%, de 5,6%.

A XP também elevou suas projeções para o **PIB** do Brasil em 2025 para 2,3%, de 2%, e para 1,5% em 2026, de 1%, mesmo depois do anúncio do tarifaço americano, refletindo a robustez do mercado de trabalho e medidas de estímulo do governo. Uma possível recessão nos EUA, porém, é um risco, reconhece a corretora. "Caso a visão mais pessimista se concretize, os EUA poderão arrastar outras economias para uma recessão, intensificando a aversão global ao risco", diz, em relatório, o economista-chefe Caio Megale.

Site:
https://valor.globo.com/virador#/edition/188160?page=1&section=1

Renan quer aprovar proposta que limita dívida pública consolidada da União

Caetano Tonet, Gabriela Guido, Jéssica Sant"Ana e Andrea Jubé De Brasília

Em um momento em que economistas alertam para a trajetória ascendente da dívida pública da União, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) quer aprovar um projeto de resolução do Senado (PRS) para limitar esse movimento em um período de 15 anos. O emedebista pediu o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com o argumento de que a proposta reforçaria o compromisso do Executivo com a responsabilidade fiscal. O projeto é o primeiro item da pauta da reunião Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) convocada pelo senador para esta terça-feira (8).

Em entrevista ao Valor, Renan, aliado histórico de Lula, explicou a proposta apresentada na última sessão da CAE, colegiado presidido por ele, e contou o apelo feito ao chefe do Executivo no encontro oferecido pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), na quarta-feira (2).

"Eu citei a questão da limitação da dívida pública consolidada da União. A Constituição manda que nós limitemos por lei complementar.

Em 2000, Fernando Henrique mandou uma proposta limitando a dívida de Estados, Distrito Federal, municípios e da União. O Legislativo aprovou de municípios e de Estados e até hoje não aprovou da União. É isso que vinculará qualquer corte de gastos, como se fez, qualquer arcabouço a um resultado para a relação dívida-**PIB**", afirmou o senador.

O projeto prevê que, após 15 anos a contar da publicação da resolução, a dívida consolidada da União não poderá exceder a 4 vezes a sua receita corrente líquida.

Ao fim de 2024, a dívida da União era cerca de 7 vezes a sua receita corrente após as transferências constitucionais.

Para atingir o limite de 4 por 1, o projeto prevê que o governo aplique uma fórmula para reduzir o crescimento da dívida. A regra consiste em aplicar um corte de 1/15 sobre o número que exceder a proporção desejada. Por exemplo, se hoje essa relação está em 7 para 1, o redutor seria aplicado sobre 3, que é o excedente em relação ao alvo. O resultado seria diminuir a relação entre dívida e receita para 6,8 no primeiro ano da regra.

Na prática, a norma obrigaria a equipe econômica a fazer um ajuste fiscal, tanto pelo lado da receita, mas, principalmente, pelo lado das despesas, para obter superávits primários robustos, superiores aos previstos até o momento pelo governo Lula.

O projeto também determina que, enquanto a dívida ficar acima da proporção quatro por um, o ministro da Fazenda deverá divulgar publicamente as razões de descumprimento, as providências para assegurar o retorno da dívida ao limite previsto e o prazo estimado para que as providências produzam efeito. Também deverá comparecer à CAE para prestar esclarecimentos.

Em caso de descumprimento do limite depois de 15 anos, seriam aplicadas as punições previstas no artigo 31 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como proibição de realizar operação de crédito interna ou externa, ressalvadas as para pagamento de dívidas mobiliárias, e obrigatoriedade de obter resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, adotando os contingenciamentos de recursos necessários.

Na justificativa do projeto, o senador lembra que os Estados e municípios têm limites para dívida - de 200% e 120% da receita corrente líquida, respectivamente -, enquanto a União não tem limite. Para Renan, o Congresso se omitiu quando, em 2000, aprovou a regra para os entes federativos e deixou o Executivo federal de fora.

"No atual quadro fiscal vivenciado pelo Brasil, com déficits e crescimento da dívida pública, a presente proposta se soma aos ditames do arcabouço fiscal para estabelecer parâmetros de longo prazo à trajetória da dívida pública, cuja previsibilidade é fator de melhoria de expectativas dos agentes privados, favorecendo a redução dos juros e a maior atratividade para investimentos produtivos", escreveu Renan Calheiros na justificativa do projeto.

Nessa linha, Renan argumentou ao presidente Lula que o apoio do governo ao projeto dará à sociedade, e

principalmente ao mercado, o recado de compromisso do governo federal com a responsabilidade fiscal sem conflitar com medidas do governo para aquecer a economia.

"Eu disse: 'presidente, teria um momento mais eloquente para o senhor demonstrar responsabilidade fiscal do que apoiando essa proposta da comissão?'", contou.

"Eu não vejo conflito do compromisso com a responsabilidade fiscal e com as medidas microeconômicas para aquecer a economia que ele tem tomado", acrescentou o senador.

Segundo ele, Lula ouviu a proposta com atenção, mas não fez comentários.

Já os senadores presentes endossaram o projeto do alagoano.

O Valor procurou o Ministério da Fazenda para avaliar a proposta.

A pasta não comentou.

Antes de apresentar o projeto na CAE, Renan levou o assunto ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em um encontro ocorrido em março. Entre os pontos abordados na conversa esteve a preocupação com o impacto da taxa de juros no resultado da dívida.

"O que acaba afetando muito esse resultado preocupante é a taxa de juros. Mas esse limite valerá para daqui a 15 anos. Mas tudo que se fizer na lógica de arcabouço, de mecanismo fiscal, de corte de despesa, tem que adequar ao resultado final", pontuou o emedebista.

Quando fez o novo arcabouço fiscal, a equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a discutir uma meta para a dívida pública, mas abandonou a ideia. Com isso, o arcabouço prevê apenas que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) trará projeções para a dívida de longo prazo, prevendo uma estabilização ao longo de dez anos, mas não há obrigatoriedade de cumprimento, podendo a cada LDO a trajetória da dívida ser mudada.

Renan explicou que, como se trata de um projeto de resolução do Senado (PRS), a proposta precisa ser aprovada apenas na CAE e no plenário, sem a necessidade de análise pelos deputados. "Se a comissão subscrever, aí nós vamos ter uma tramitação rapidíssima para isso e só no Senado.

Porque é competência constitucional do Senado", disse.

"Muitas coisas que o governo não tem condição de fazer, porque tem uma outra reclamação, essa coisa que o governo não tem maioria, a questão da Câmara, nós temos condição de fazer", complementou Renan Calheiros.

Embora a apreciação da proposta tenha recebido apoio de parte dos presentes na CAE, o líder do PT no Senado, Rogério Carvalho (PT-SE), pediu mais tempo para analisar a matéria e para levar o tema ao senador Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo na Casa, antes da confirmação de que ela começará a tramitar na comissão. Procurado, Carvalho não comentou.

"Eu acho importante o que vossa excelência está trazendo, mas eu estou tomando conhecimento desse tema agora e acho que seria interessante a gente conversar com a liderança do governo", argumentou Carvalho. "Eu não estou me opondo a gente aprovar hoje, mas nós tomamos conhecimento da apresentação hoje. Eu quero ser signatário como todos nós somos seríamos signatários desse projeto", acrescentou ao pedir mais tempo para avaliação.

O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), acredita que o projeto é "razoável", fazendo a ressalva de que o prazo de 15 anos para a limitação completa entrar em vigor pode ser demasiado. "É evidente que é necessário termos controle da dívida. A dívida como está gera desestruturação da economia", afirmou o ex-ministro da **Previdência Social**.

"O que acaba afetando muito esse resultado é a taxa de juros" Renan Calheiros

Site:
https://valor.globo.com/virador#/edition/188160?page=1&section=1

Retaliação da China dà nova escala à guerra das tarifas (Editorial)

Quando as duas maiores economias do mundo, Estados Unidos e China, colocam barreiras tarifárias escandalosas no comércio entre si, o crescimento global passa a correr um sério risco.

Todos os mercados financeiros, de commodities a moedas, passaram a refletir essa ameaça na sexta-feira, depois que a China estabeleceu tarifas de 34% sobre as importações americanas, dando uma dimensão maior à guerra comercial deslanchada pelo presidente Donald Trump. Bolsas americanas e europeias e os mercados de petróleo tiveram quedas expressivas, tão fortes quanto as do início da pandemia da covid-19. O choque de oferta que o maior importador do mundo, os EUA, que compram US$ 3 trilhões em bens produzidos fora, causa ao isolar seu país detrás de uma muralha protecionista guarda alguma proporção com os dias em que a produção mundial começou a parar em função de um vírus devastador.

A maioria dos países evitou revidar as investidas tarifárias de Trump para saber se elas viriam de fato - ele algumas vezes anunciou e depois postergou as medidas - e preferiu aguardar negociações que seriam, em tese, o objetivo do presidente americano. Ao fixar na quinta-feira tarifas que iam muito além do esperado - 10% para quase todos os países e de até 50% para determinadas nações -, não restou a menor dúvida de que, se houver barganhas, as ofertas, para serem aceitas, terão de ser "fenomenais", como disse Trump. A diferença entre os objetivos tarifários de Trump e o velho protecionismo é que os objetivos de agora não são mais apenas econômicos, mas geopolíticos e de exibição de poder. Trump taxou México e Canadá para exigir que seus principais parceiros comerciais vizinhos acabassem com a exportação clandestina aos EUA de fentanil e da imigração ilegal pelas fronteiras mexicanas.

Contra a China, alvo principal dos EUA já há quase uma década, foi imposta uma média tarifária que ultrapassa 60%, suficiente para impedir a entrada de todos os seus produtos no mercado americano. O presidente Xi Jinping revidou, colocando **impostos** de importação de 34%, o que, com sanções anteriores, leva a proteção tarifária contra bens dos EUA a mais de 50%. Pequim resolveu igualar a ofensiva e esperar uma negociação, um lance que forçará Trump à mesa ou a dobrar a aposta. Basta, no entanto, comparar a magnitude das tarifas em discussão com as que eram consideradas altas antes - as do Brasil, por exemplo, com taxa efetiva de 13% - para se medir a distância que o comércio global está tomando de uma ordem comercial baseada em regras e fronteiras abertas.

A resposta chinesa, que insinua uma guerra comercial em grande escala e um cisma entre as duas principais economias, forçou a uma reavaliação atabalhoada dos ativos que derrubou o preço de todos - ações, commodities e moedas. Apesar da convicção da equipe de Trump, o epicentro do terremoto tarifário, com danos de monta, está nos Estados Unidos. Na sexta-feira, durante nova turbulência nos mercados, o JP Morgan avaliou que as chances de recessão nos EUA subiram de 40% para 60%. Os mercados futuros indicaram esperar quatro ou cinco cortes de juros de 0,25 ponto pelo Federal Reserve.

Jerome Powell, presidente do Fed, não encorajou essas apostas e ressaltou na sexta seus dilemas. As tarifas acabaram "sendo mais altas que as esperadas", o que, então, provocará "**inflação** mais elevada e crescimento mais baixo".

Ambos os objetivos da política monetária do banco podem caminhar em direção oposta, e o Fed, diante de incertezas que se tornaram enormes, não tem clareza sobre o futuro.

Os sinais sobre o rumo do dólar mudaram abruptamente de um dia para o outro. Na quinta, teve uma das maiores quedas, 1,6%, ante uma cesta de moedas. Na sexta, disparou, com a corrida para a segurança em direção à moeda e aos títulos americanos (os de 10 anos recuaram abaixo de 4%, indício de desaceleração forte da economia). A queda favoreceu a valorização do real e a redução importante dos juros futuros, criando uma expectativa fugaz de que o BC poderia até encerrar logo o ciclo de alta da Selic e a **inflação** cairia mais rapidamente. Na sexta, viu-se que isso pode ser uma ilusão.

A resultante do protecionismo e da política econômica de Trump pode ser um dólar fraco - o contrário do que pretende. As tarifas vão encarecer as exportações e as retaliações, fechar-lhes mercados. Em todas as simulações, com as tarifas, as exportações americanas caem mais do que as importações. Um dólar fraco as estimularia, mas erodiria a força tarifária

ao baratear compras do exterior. Um dólar forte não ajudaria a botar fim ao déficit comercial. Não há, porém, como prever ainda a direção futura da moeda.

O petróleo, commodity estratégica, desabou nos dois dias de tumultos (o Brent caiu 10% e o WTI, 15%), e, com a perspectiva de desaceleração da economia global e aumento de produção da Opec+, não terá muito fôlego para alta. Ao lado de um dólar bem comportado, faria uma combinação boa para ajudar o BC a derrubar a **inflação** se o governo resolver fazer sua parte e cortar gastos. Mas a ordem econômica do pós-guerra ruiu e investidores, empresas e governos não têm a menor ideia do que tomará o seu lugar. Tarifa, uma peça quase em desuso no auge da globalização, tornou-se chave para a tentativa de acabar com o jogo do livre comércio.

Site:
https://valor.globo.com/virador#/edition/188160?page=1
&section=1

Guerra comercial pode elevar preços das carnes no Brasil

O "tarifaço" do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, contra diversos países e a retaliação da China, com taxas de 34% sobre os produtos americanos, vão mexer com o mercado global de carnes. Um dos principais efeitos deve ser o aumento da demanda chinesa pelas carnes do Brasil, o que tende a elevar os preços no mercado doméstico, com impactos na **inflação** dos alimentos, disseram analistas ao Valor.

Assim como o Brasil, os EUA exportam carnes bovina, suína e de frango à China, e a taxa de 34% sobre os produtos americanos tende a tornar os produtos brasileiros mais competitivos.

Fernando Iglesias, analista da Safras Mercado, avalia que a carne suína do Brasil é a que tem mais chances de ocupar o lugar dos americanos na China. Mas carnes bovina e de frango também podem ganhar mais espaço no país asiático. "A exportação do Brasil já tendia a ser recorde em 2025 para as três carnes, e essa conjuntura mercadológica torna o quadro ainda mais favorável", afirmou.

Com a guerra comercial entre EUA e China, a Safras estima alta de 7% para as exportações totais de carne suína neste ano, para até 1,5 milhão de toneladas. Para frango e bovinos, a projeção é de avanços de 5,24% e 2,29%, respectivamente. Os embarques devem somar 5,43 milhões de toneladas de frango e 4,28 milhões de toneladas de carne bovina.

Esse aumento nas exportações, porém, terá impacto sobre os preços domésticos. "Com esse fluxo de exportação tão contundente, sim, o mais provável é que as carnes sigam pressionando os índices inflacionáriosnoBrasil", reconheceu.

Para a diretora da consultoria Agrifatto, Lygia Pimentel, a guerra comercial pode paralisar o comércio de carnes dos EUA para a China ou reduzir muito os negócios. "Com o Brasil sendo o principal fornecedor de commodities, certamente será positivo para nós", afirmou, acrescentando que os EUA são o terceiro maiorfornece-

dor de carne suína para os chineses, atrás de Espanha e Brasil.

Ela também acredita que uma demanda adicional tende a impulsionar os preços ao consumidor final no mercado brasileiro.

Questionado sobre o tema, o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ricardo Santin, disse que os impactos sobre os preços domésticos das carnes de frango e suína seriam limitados, uma vez que é possível elevar a produção.

"A gente já previa crescimentos maiores no mercado interno do que na exportação, agora pode ter uma adequação disso. Não vamos tirar do mercado interno para exportar. Podemos fazer outras estratégias como o crescimento de oferta ou peso dos animais", disse o representante das indústrias de carnes de frango e suína.

De acordo com Santin, a guerra tarifária deve levar a rearran-jos no comércio internacional de carnes. Com a taxação pela China, os EUA podem buscar outros compradores, assim como os brasileiros podem passar a enviar mais carne ao mercado chinês se for mais atrativo do que outro importador. Esse movimento é esperado com maior intensidade para o segundo semestre, pois os contratos para os próximos meses já estão fechados.

Além dos rearranjos, outro efeito das tarifas deve ser a alta de preços das carnes no mercado internacional, segundo Santin.

João Figueiredo, analista da Datagro Pecuária, lembra que se os preços domésticos das carnes nos EUA já vinham elevados, "agora serão ainda maiores".

As "tarifas recíprocas" anunciadas pelo governo Trump na quarta-feira passada estabelecem uma sobretaxa mínima para praticamente todos os parceiros comerciais dos EUA. Para o Brasil, ficou em 10%. Para a China, em 34%, e para a União Europeia, em 20%.

A China respondeu com uma tarifa de 34% sobre as importações de todos os produtos americanos. De acordo com a Comissão de Tarifas Aduaneiras do Conselho de Estado chinês, a medida começa a valer na próxima quinta-feira (10/4).

Como parte das medidas retalia-tórias contra os EUA, a China suspendeu as importações de produtos de frango de duas empresas americanas - Mountaire

Farms of Delaware, Inc. e Coastal Processing, LLC. Segundo informe no site da Administração Geral das Alfândegas, a medida visa proteger a saúde dos consumidores após a detecção de um medicamento proibido - a furacilina - em produtos de frango em várias ocasiões.

Também foram suspensos produtos à base de frango e farinha de osso das companhias American Proteins Inc., Mountaire Farms, e Darling Ingredients Inc. Além disso, Pequim suspendeu a habilitação da C D (USA) Inc. para exportar sorgo ao mercado chinês.

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/188160

Chance de recessão fortalece aposta em corte de juro do Fed

Nem mesmo a manutenção de um tom mais cauteloso adotado pelo presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, na sexta-feira, impediu o mercado de continuar a embarcar na aposta de que, com o efeito estagflacioná-rio (combinação de recessão e **inflação**) das tarifas "recíprocas" de Donald Trump, o banco central americano deve pesar mais o lado da atividade econômica e reduzir as taxas de juros de forma mais célere neste ano. É o que se observa na dinâmica dos Treasu-ries, títulos do Tesouro do país. As taxas dos papéis tiveram queda firme das taxas nos últimos dias. O mercado chega até mesmo a cogitar um corte nos juros americanos em maio.

Esse, inclusive, é o cenário-base defendido pelo economista-chefe para EUA do Citi, Andrew Holle-nhorst. "Em nosso cenário, o Fed corta os juros em maio, após um relatório de empregos mais fraco para abril. Essa fraqueza provavelmente já estará evidente nos pedidos semanais de seguro-desem-prego e nos dados de sentimento e confiança sobre a atividade econômica". No fim da semana passada, Hollenhost passou a esperar uma estagnação da economia americana, ao projetar crescimento de somente 0,1% do **PIB** neste ano.

"Se o Fed não enxergar motivo suficiente para cortar os juros em maio, é muito provável que conclua que uma redução é necessária em junho", diz o economista, que vê, ainda, mais quatro reduções nas taxas de juros no segundo semestre, o que levaria a taxa dos Fed funds do intervalo atual (4,25% a 4,50%) para a faixa de 3% a 3,25%) em dezembro.

No encerramento dos negócios de sexta-feira, os contratos futuros compilados pelo CME Group indicavam 29,8% de possibilidade de uma redução de 0,25 ponto percentual nos juros já na reunião de maio. Para dezembro, o mercado embutia nos preços o total de 1 ponto em reduções nas taxas, ou seja, ao longo de uma semana os preços passaram a embutir uma redução de 0,25 ponto a mais nos juros americanos como efeito do choque tarifário de Trump.

O comportamento dos juros de mercado também guarda relação com a expectativa de que a **inflação** fique mais controlada em prazos mais longos. Há, no momento, uma divergência relevante no comportamento das expectativas inflacionárias, o que torna o trabalho do Fed ainda mais desafiador no curto prazo.

Enquanto a sensação dos consumidores é que a **inflação** será bem mais alta no longo prazo, de acordo com pesquisas como a da Universidade de Michigan e a do Conference Board, no mercado a chance de recessão tem levado os investidores a uma aposta de **inflação** bem mais baixa. Segundo a distrital de St. Louis do Fed, a **inflação** "implícita" de dez anos despencou nos últimos dias, ao passar de 2,38% no fim de março para 2,18%, no menor nível desde setembro e bem mais próxima da meta de 2%.

Na sexta-feira, Powell destacou o efeito esperado das tarifas-de mais **inflação** e crescimento mais lento -, indicou que será "vigilante" e enfatizou que o banco central buscará manter as expectativas inflacionárias de longo prazo ancoradas. Na leitura dos mercados, o discurso de Powell foi mais "hawkish" (duro), dado o momento de tensão nos ativos de risco.

"Depois que ele falou, o mercado piorou mais. Ainda não está parecendo que vai ocorrer uma virada do Fed. Se havia uma expectativa de que o banco central americano pusse salvar [os mercados] neste ambiente de briga comercial, ela desapareceu na sexta-feira, porque o Fed mostrou que vai ficar vigilante", diz o gestor Ronny Kim Woo, dos fundos multimercado da ARX Investimentos.

O economista-chefe para EUA doJ.P. Morgan, Michael Feroli, que passou a projetar uma contração de 0,3% no **PIB** americano neste ano, acredita que o ambiente de estagflação deve representar um dilema para o Fed. "Acreditamos que a fraqueza material no mercado de trabalho prevalece no final, principalmente se resultar em um crescimento salarial mais fraco, dando ao Fed mais confiança de que uma espiral de preços e salários não está se consolidando."

Para Feroli, o Fed pode demorar até depois da reunião de junho para se convencer de que a **inflação** de longo prazo está contida e de que pode mudar a política para abordar os riscos ao crescimento econômico. (VReAC)

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/188160